

PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO E IDENTIDADES TERRITORIAIS – UM OLHAR GEOGRÁFICO

Maria Tereza Duarte Paes
Universidade Estadual de Campinas, SP/Brasil

Em todo o mundo assistimos a euforia pela recuperação de centros históricos urbanos, muitos abandonados à própria sorte, durante algumas décadas de descentralização e, agora, reincorporados à economia política das cidades e às lógicas da economia global, ofertados aos olhares atentos às singularidades locais como uma nova mercadoria chamada patrimônio cultural.

Tomando como referência a abordagem geográfica, buscamos compreender a lógica espacial que materializa a rede complexa de relações entre o território, as atividades turísticas e a identidade cultural. O patrimônio cultural, quer seja natural, material ou imaterial, possui uma expressão espacial significativa e constituinte da própria identidade cultural - a sua inerente territorialidade (DI MÉO, 1995, p.20). O enraizamento da memória se dá em uma escala territorial – em alguma paisagem, em algum lugar. É no espaço material e da memória que a identidade permanece enraizada; quando o espaço passa a representar o tempo na memória social ele torna-se patrimônio, campo conflituoso de representações sociais (LAMY, 1996, p.14; CANCLINI, 1994).

A *patrimonialização* (JEUDY, 2005) é, hoje, um recurso recorrente para a conservação de símbolos e signos culturais, sejam eles monumentos ou objetos aparentemente banais, cidades, sítios históricos, paisagens naturais, festas, ritmos, crenças, modos de fazer, o *savoir faire*, seja um artesanato, um prato típico ou uma técnica construtiva. Nessa esfera, ao menos uma questão nos concerne e merece enfrentamento: como apreender esse fenômeno a partir de uma abordagem geográfica, preocupada com as questões do planejamento do território, da valorização turística das paisagens e da identidade dos lugares?

Em primeiro lugar, devemos discernir a diversidade de interesses e de definições sobre o que vem a ser patrimônio cultural, e os diferentes modos de apreendê-lo respeitando as escalas do tempo, ou sua história, e do espaço, ou suas variadas formas de expressão locais e globais. Inúmeras disciplinas, instituições, organizações sociais vão defini-lo de maneiras variadas. Desse modo, não podemos tomá-lo em sua totalidade como um inventário descritivo, mas podemos elaborar uma abordagem interpretativa que comporte várias dimensões (DÉGREMONT, 1996).

O patrimônio cultural é herança, mas é também propriedade. Para Gonçalves (2005), não basta uma decisão política do Estado para legitimar um patrimônio, é preciso ‘ressonância’ junto a uma população, a um público. Para ele,

“patrimônios culturais seriam entendidos mais adequadamente se situados como elementos mediadores entre diversos domínios social e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres, etc.” (pp.16-17)

A categoria patrimônio serviria como ponte, mediação entre dimensões que foram tratadas comumente na ciência moderna como oposições – o material e o imaterial, o sujeito e o objeto, o corpo e o espírito, o sagrado e o profano, o passado e o presente...

Na modernidade a cultura assumiu a sua interpretação mais pelo viés das relações sociais simbólicas, embora o caráter material desta esteja sempre presente. É dessa forma que, mesmo o patrimônio imaterial, intangível, possui um lugar, um território, uma espacialidade e um sistema de objetos que dá concretude a este universo simbólico. Para Gonçalves (2005, p.31), o patrimônio rematerializa a noção de cultura que foi condicionada, no século XX, a

noções mais abstratas como estrutura, estrutura social, sistema simbólico. Os objetos, os bens e sua espacialidade são a substância de nosso universo social e simbólico, produtor de cultura. E não nos são úteis apenas para construirmos um sistema abstrato de interpretação da vida, mas para vivê-la, prosaicamente, em sua cotidianidade.

Interpretado desta maneira o patrimônio não é só a expressão da sociedade, ele movimenta, aviva, põe em evidência as passagens, as vias de acesso entre o material e o simbólico, entre o sujeito e o seu meio, entre uma razão prática e uma razão simbólica. O patrimônio cultural torna-se um fato social.

Uma das formas recorrentes de interpretar o patrimônio nos remete à história sócio-cultural que deve ser preservada. Essa necessidade nos conduz às dimensões cultural, técnica e política. Cultural, porque somos nós, homens, no exercício da cultura, que elegemos o que deve ser preservado, imprimindo uma dimensão valorativa aos bens materiais ou intangíveis. Técnica, pois devemos desenvolver saberes, instrumentos e normas para levar a termo o processo de preservação. Política, porque esta seleção e normatização dos bens que devem ser patrimonializados envolvem ações e decisões, resultantes de conflitos de interesses, que devem ser normatizadas – o tombamento é, assim, uma ação cultural, técnica e política.

A patrimonialização envolve, então, um conjunto de práticas sociais, desde as mais diversas formas de produção cultural, de saberes simbólicos e técnicos, até os inúmeros processos de institucionalização do patrimônio como tal, que permitem a preservação dos bens culturais.

As origens da concepção de patrimônio possuem inúmeras raízes, e todas se firmam na idéia de preservação da memória coletiva por meio de critérios valorativos, estéticos, históricos, culturais, sempre em atenção aos riscos que a modernidade impõe às tradições.

Mas como podemos dar conta de um fenômeno tão abrangente? Choay (2001, p. 12) distingue três aspectos para facilitar sua apreensão: em primeiro lugar, a expansão de seu conteúdo, que parte das formas arquitetônicas até incorporar a natureza como bem a ser preservado, incluindo inúmeros elementos entre esses dois termos; em segundo, uma expansão cronológica, pois, inicialmente, apenas os bens muito ‘antigos’ ganhavam legitimidade para preservação; e em terceiro, uma expansão espacial – muito importante como objeto de uma abordagem geográfica – considerando que, antes, os monumentos ou bens patrimonializáveis ficavam limitados aos museus e às áreas restritas e, hoje, transformamos cidades inteiras em patrimônio, em bens culturais, além de imensos sítios históricos e diversas formações naturais.

Então, se pretendemos elaborar uma abordagem geográfica para desvendar as múltiplas espacialidades do presente processo, essa nova escala espacial do fenômeno nos obriga também a uma revisão teórica e conceitual. Categorias caras à Geografia, tais como as de território¹, territorialidade, lugar e paisagem são nossos guias nessa reflexão.

Tomando tal processo como objeto de uma reflexão geográfica, encontramos uma geografia atenta às relações entre o sujeito e o seu meio, ambos mediados pelas representações, pelas práticas e discursos globais e locais.

A produção de identidades territoriais (HAESBAERT, 1999) se manifesta em escalas variadas, das nações, regiões, aos espaços sociais nas cidades, territorialidades muitas vezes marcadas pela segregação ou pela auto-segregação. Estas territorialidades podem também ser projetadas por práticas sociais (festas, rituais), pelo mercado (enclaves homogêneos de consumo), ou por estratégias e discursos políticos (valorização e institucionalização de

¹ Além das possíveis abordagens do território do ponto de vista político, já tradicionalmente desenvolvidas, cabe lembrar aqui que, ao inventariar o patrimônio imaterial no Brasil, o IPHAN elegeu o termo “territórios do patrimônio imaterial”, assumindo, mesmo neste caso, a sua inerente espacialidade.

paisagens e monumentos), lembrando que o sujeito e o meio estão em contínua integração e são constitutivos um do outro (BERDOULAY & ENTRIKIM, 1998, p.118).

Nesse sentido, “a memória dos lugares é seletivamente empregada para planejar os lugares de memória²” (BERDOULAY, 2007, p.01). Berdoulay faz uma leitura crítica a Pierre Nora, para quem os *lugares de memória* são apenas os institucionalizados pelo Estado, subestimando seu componente espacial, assim como as ações sociais não institucionalizadas, igualmente produtoras de identidades territoriais.

Para Berdoulay, os lugares de memória são marcados por dimensões espaciais, elaboradas por imagens e tramas narrativas (iconografias); por uma dimensão epistemológica (o material e o imaterial); e por uma dimensão política (as identidades eleitas no planejamento do espaço público). Para ele, os *lugares de memória* permitem que uma coletividade atribua uma imagem a ela mesma, tanto para se reconhecer como para se fazer reconhecer por sua singularidade em relação aos outros. Esta imagem funcionaria como uma mediação entre o grupo social e seu meio, lembrando que a produção de imagens pode ser tanto visual quanto discursiva.

A produção de iconografias – entendendo-as aqui como um conjunto de símbolos variados, materiais ou abstratos, que exprimem as crenças e os valores de uma coletividade em torno de suas identidades territoriais -, revela uma organização simbólica, seja a partir de suas dimensões sócio-culturais, ou daquelas orientadas ou impostas pelo Estado.

Para Berdoulay, a memória, materializada nos *lugares de memória*, é uma fonte inesgotável de re-semantização do espaço geográfico, de reorganização dos territórios, e de conflitos de interpretação na seleção de paisagens. Lembrando que as iconografias são também produzidas por tramas narrativas que legitimam sua dimensão espacial, Berdoulay (2007, p.07) se pergunta, em relação ao planejamento do território, quais são os pactos narrativos por detrás da criação de territórios particulares a partir da memória dos lugares? Quais discursos são difundidos e quais cenários são mais eficazes? Refletir teoricamente sobre estas questões nos ajuda a discernir as referências epistemológicas para a interpretação da produção do espaço material e simbólico.

Tomando emprestado as palavras de Bailly et al. (1991, p.21), podemos dizer que esta geografia, consciente de sua subjetividade, nos permite, por meio da análise das representações sociais em suas lógicas espaciais, analisar discursos e práticas, razão e sentimentos enraizados no lugar.

A esfera simbólica ordena o mundo por meio dos discursos que unem os homens ao meio, reproduzindo a estrutura social vigente, seja esta ideológica, política e de dominação, como acentua Bordieu (1980), ou nas relações intersubjetivas de pertencimento ao lugar, como assinalam Berdoulay & Entrikim (1998). No processo contemporâneo de valorização turística das identidades territoriais expressas nas paisagens, nos objetos, nas expressões intangíveis do patrimônio cultural, a gestão do patrimônio é tanto palco privilegiado dos discursos explicativos e ideológicos dos agentes institucionais, políticos e administrativos, nas práticas do urbanismo e do planejamento do território; como bandeira de pertencimento territorial no universo simbólico – e também político - das práticas sócio-culturais que expressam relações de identidade entre determinadas coletividades e o seu meio.

As ideologias constitutivas da vida social, ao serem consideradas como práticas empregadas nas decisões do planejamento do território, mobilizam o imaginário social na produção do espaço e nos permitem compreender melhor a valorização turística do

² Tradução livre.

patrimônio no planejamento do território, afirmando a concepção de espaço geográfico como portador de representações, de imaginário social e de tramas narrativas que o estruturam.

E é na paisagem que essas heranças e memórias, tornadas patrimônio, ganham materialidade. A paisagem é sempre uma herança material e simbólica, patrimônio coletivo, continente de signos e significados historicamente localizados³. A paisagem, resultado da produção social e da determinação natural, é uma forma pela qual a sociedade vê mundo. Ela reclama um sujeito que a signifique e que lhe confira valor. A valorização do patrimônio cultural para fins turísticos evidencia a associação entre o urbanismo e o planejamento do território na produção de imagens e discursos que privilegiam ou excluem determinadas memórias e paisagens do território. As imagens valorizadas, construídas ou recuperadas com o objetivo de mercantilização das paisagens, de fortalecimento dos lugares e de produção de territorialidades, participam de uma construção simbólica com base espacial.

Ao analisarem dois processos de reabilitação de centros históricos, o de Barcelona, na Espanha, e o de Bordeaux, na França, Vlès et Berdoulay (2005) identificam um processo de *redução narrativa* nestas intervenções. Lembram que a seleção feita para recriar a imagem destas cidades exclui a diversidade da memória de outras identidades culturais que não aquelas eleitas para a produção de uma imagem de riqueza, opulência, beleza, prestígio, entre outros atributos que conferem, segundo os especialistas em planejamento e marketing, positividade à imagem destas cidades.

Este tipo de reabilitação centra esforços na produção estética das paisagens atrativas para o turismo, na produção do cartão-postal fixo do patrimônio arquitetônico eleito, e homogeneiza as imagens em detrimento de identidades culturais variadas que convivem no espaço público urbano. O espaço público assim concebido orienta o olhar e elimina a diversidade de símbolos e signos culturais que coexistem nas cidades.

É sabido que as ideologias são constituídas por um sistema de idéias, próprias de um grupo e uma época, e que traduzem uma situação histórica. A seleção e a valorização de identidades territoriais, bens materiais e expressões simbólicas, eleitos como patrimônio cultural, podem ser compreendidas como uma produção ideológica espacializada, como acentua Dégremont (1996, p. 10), pois nos fornece uma nova interpretação da cultura pelas práticas do consumo de massa no território.

É este universo material e simbólico da produção cultural do espaço que tem se tornado objeto do olhar turístico, fenômeno que valoriza os bens de diferentes expressões culturais, fortalecendo a atratividade dos lugares. Identidades territoriais, muitas vezes esquecidas pelos próprios grupamentos culturais aos quais pertencem, emergem como objetos de consumo valorizados na mercantilização turística das paisagens, dos lugares e dos territórios, e ganham novas dimensões econômicas, políticas e também culturais.

A relação entre a patrimonialização de bens culturais e o crescimento da visitação turística já é bastante conhecida, seja na escala internacional ou nacional, para patrimônios mundiais ou não, em sítios naturais ou urbanos, todos foram transformados em lugares de grande visitação turística. (LAZZAROTTI, 2000, p. 15; PAES-LUCHIARI, 2005, 2007). Ao analisar a correspondência entre sítios de patrimônio mundial e sítios turísticos internacionais, Lazzarotti (2000, p. 01) afirma que patrimônio cultural e turismo participam de um mesmo movimento mundial e de um mesmo sistema de valores.

Tendo em vista que os bens patrimoniais pertencem à cultura, e que o uso do solo, o zoneamento, a disputa pela apropriação se dá pelo planejamento territorial e pelas estratégias espaciais do mercado, é de fundamental importância compreender o poder simbólico destes

³ Em artigos anteriores analisamos mais demoradamente a natureza, as definições e a valorização contemporânea das paisagens (LUCHIARI, 2001, 2002 e PAES-LUCHIARI, 2007)

bens, e os diferentes interesses que envolvem estas relações. É com este objetivo que esta reflexão parte do pressuposto de que a atual valorização do patrimônio histórico e arquitetônico legitima a mercantilização da cultura como um bem distintivo de classe, e toma como referência a valorização contemporânea de inúmeras áreas centrais, com sítios históricos urbanos preservados – cenários de identidades culturais variadas. Estes sítios, que constituem patrimônios representativos da história urbana, acumularam, na vitalidade do tempo, formas e funções imprescindíveis à formação das cidades.

Aprofundar as reflexões acerca das diferentes estratégias de valorização, representação, apropriação e uso dos bens patrimoniais das áreas centrais urbanas, hoje em processo de *refuncionalização*⁴, nos possibilita compreender de que modo o patrimônio histórico foi incorporado à esfera do consumo cultural, agregando valor econômico às paisagens urbanas e aos lugares-símbolo de pertencimento de identidades territoriais, e contribuindo na seleção de um conjunto de formas e expressões culturais que passaram a ser atrativas para o olhar turístico.

As áreas centrais urbanas acumulam as marcas de processos históricos variados. A sucessão do tempo na dinâmica das áreas centrais permanece como memória nas edificações e estruturas remanescentes. A mudança funcional desses centros *refuncionalizados* vem realçar a valorização econômica destas áreas constituídas por diferentes representações sócio-culturais e políticas. Para Santos (1995, p.16):

“o turismo vai aparecer como um fator extremamente importante na compreensão da centralidade, porque, ao lado dos habitantes que têm uma lógica de consumo do centro ligada ao seu poder aquisitivo e à sua capacidade de mobilização, vêm os turistas, que são os homens de lugar nenhum, dispostos a estar em toda parte e que começam a repovoar, a recolonizar, a refuncionalizar e a revalorizar, com a sua presença e o seu discurso, o velho centro”.

O planejamento urbano do território, que contém intencionalidades afeitas à preservação do patrimônio cultural e ao uso turístico, irá implicar em um novo conjunto normativo referente àquele espaço. É uma equação difícil essa, pois enquanto a preservação patrimonial tende a congelar os bens tombados, restringindo ou limitando mudanças formais ou funcionais, a valorização turística incorpora novos usos ao território. Nesse duelo entre a preservação e a modernização, o uso público e o uso privado, a identidade e a diversidade, as forças de mercado e os interesses sociais, estes sítios históricos - objetos do imaginário cultural do nosso tempo - rendem-se à economia política da cidade.

Meneses (2006, p.36) aponta a trama imbricada entre preservação patrimonial e ordenação urbana. Para ele (...) *o caráter problemático da cidade não se encontra nela – entendida como uma forma espacial de assentamento humano – mas na sociedade, no tipo de relações entre os homens que a institui e organiza*”. Para entender as qualidades atribuídas à cidade, Meneses (2006) põe em foco três dimensões distintas que compõem sua natureza: a dimensão do artefato, a do campo de forças e a das significações. Como afirma, *“A cidade é coisa feita, fabricada”* (MENESES, 2006, p.36), natureza artificializada, reproduzida socialmente num campo de forças de origens e interesses diversos – todos alimentados de significação. Para (MENESES, 2006, p.36): *“As práticas que dão forma e função ao espaço e*

⁴ Na dinâmica do espaço geográfico, as formas e objetos assumem continuamente novas funções, respondendo à novas lógicas sócio-espaciais. Este processo de *refuncionalização* tem sido acentuado na valorização turística de patrimônios culturais, sejam estes objetos, conjuntos paisagísticos ou práticas sociais. Nesse sentido, a *refuncionalização* é uma atribuição de novos valores e conteúdos às formas herdadas do passado, que refletem uma renovação das ideologias e dos universos simbólicos (Berdoulay, 1985; Santos, 1996; Paes-Luchiari, 2005).

o instituem como artefato, também lhe dão sentido e inteligibilidade e, por sua vez, alimentam-se, elas próprias, de sentido”

Para melhor compreender as inter-relações entre patrimônio cultural, planejamento urbano e valorização turística, destacamos aqui alguns centros históricos, tais como os de Recife (PE), Salvador (BA) e Ouro Preto (MG), incluídos no Programa *Monumenta*, do Ministério da Cultura (MinC), e como centros históricos culturais e turísticos, presentes no site do Ministério do Turismo/Embratur, sendo que Ouro Preto e Salvador estão também na lista de Patrimônio Mundial tombado pela Unesco; além de São Luiz do Paraitinga e Cunha, ambas cidades do Estado de São Paulo, no Vale do Paraíba⁵.

O caso de Recife, no Estado de Pernambuco, contemplou principalmente a área do cais, antes degradada, abrigando a zona de prostituição e pensões de alta rotatividade em meio aos prédios históricos deteriorados. Com a reabilitação dessa área, os prédios foram restaurados e passaram a abrigar atividades turísticas variadas, como bares e restaurantes de luxo que disputam territorialidades (CAMPOS, 2002) e legitimidade social com os grupos mais populares, moradores e usuários. Para a compreensão de processos de intervenção contraditórios como este, é preciso fortalecer as análises, de modo a estimular a politização das diferenças e a reinvenção dos centros históricos como espaços públicos, conforme aponta Leite (2004, p.19), a partir de suas pesquisas no centro histórico de Recife.

Mais de cem anos depois, as práticas de intervenção urbana continuam a ‘embelezar’ estrategicamente as cidades históricas por meio de políticas de gentrificação do patrimônio cultural. No entanto, ao contrário de evitar barricadas, essas políticas erguem suas próprias fronteiras – ao mesmo tempo em que removem outras – quando segmentam e disciplinam certos espaços urbanos para uso extensivo de lazer, turismo e consumo. As novas barricadas urbanas reeditam política e espacialmente formas históricas de desigualdade e exclusão social quando restringem os usos dos lugares da vida cotidiana pública aos moradores e frequentadores dessas áreas.

Salvador, no Estado da Bahia, apesar de ser uma boa referência em termos de recuperação da arquitetura colonial, e de organização das atividades turísticas, do ponto de vista da sua refuncionalização foi segregador, pois a população do Pelourinho, sobretudo de pobres e negros, foi direta ou indiretamente expulsa, mudando completamente as características do lugar. Conforme relata Vasconcelos (2003, p.117):

A reação ao declínio da área do Pelourinho começou a se dar em 1975, com as primeiras restaurações e com a indicação, em 1985, do centro de Salvador como ‘Patrimônio Histórico da Humanidade’, pela UNESCO. A grande reforma, em andamento, teve seu início em 1993, com a inauguração de quatro etapas em 1994, correspondendo a 16 quarteirões, e a abertura de dois prédios de estacionamento. De fato trata-se de um processo parcial de gentrificação, com a implantação de estabelecimentos comerciais e de serviços, no que ficou conhecido como ‘Shopping do Pelô’, pela expulsão de 1.967 famílias, através de indenização. Os dados populacionais para o conjunto da freguesia refletem a saída da população: 11.630 habitantes (1970), 9.853 (1980), 6.645 (1991) e 3.924 (1996). Essa reforma transformou também o traçado da antiga cidade colonial, na medida em que antigos quintais foram transformados em praças,

⁵ Muitas cidades que mantiveram seu passado colonial preservado na arquitetura, são agora valorizadas para a visitação do lazer e do turismo cultural. Vale destacar que, no Brasil, muitas cidades se mantiveram preservadas justamente por terem se mantido à margem do processo de industrialização/urbanização/modernização. Aquelas mais dinâmicas nestes processos foram, de maneira geral, conduzidas pelas ideologias de modernização/renovação urbana, tendo como sujeitos principais a construção civil e os promotores imobiliários.

e tornou a própria área um parque temático colonial, correspondendo a uma 'disneylização' das cidades antigas, uma das referências principais da pós-modernidade.

Para Sotratti (2005, p. 172) “*A história e evolução do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador evidenciam a intencionalidade do Estado em criar e fortalecer a territorialidade turística na área*”. Sotratti elabora uma carta demarcando os pontos atrativos que conduzem o fluxo turístico a partir de uma visão serial da paisagem. Esta pesquisa deixa claro que a estratégia de apropriação turística do Centro Histórico e a supervalorização estética de suas paisagens se sobrepõem ao lugar – espaço vivido cotidianamente pelos habitantes. Segundo a sua pesquisa na área que cobre as sete etapas do Programa de Recuperação, as residências ocupam apenas 10% do uso dos imóveis, enquanto 36% deles destinam-se ao comércio e aos serviços turísticos. Nesse caso, os esforços do Estado da Bahia e a espetacularização da identidade africana como uma imagem a ser vendida tiveram um papel decisivo na sua refuncionalização turística.

Só recentemente, na sétima fase do Programa de reabilitação do Pelourinho, a preocupação com a permanência da população que sobreviveu ao processo aparece como uma das prioridades, após a constatação de que a dinâmica dos centros históricos está visceralmente marcada pela presença de suas populações, por mais que o turismo seja ativo nestas áreas.

Em São Luiz do Paraitinga, pequena cidade situada no Alto do Vale do Paraíba Paulista, esquecida durante décadas pelo dinamismo econômico do Estado, após a decadência da produção do café na região, pertencente ao conjunto que Monteiro Lobato denominou de *cidades mortas*, ganhou recentemente os títulos de Patrimônio Histórico, em 1982⁶, e Instância Turística, em 2001. A partir daí, a pacata cidade de origem rural, situada entre os remanescentes da Mata Atlântica, viu a sua rotina totalmente alterada pela valorização turística de seu patrimônio arquitetônico, agora restaurado e refuncionalizado. Além do patrimônio material, a valorização do modo de vida caipira, identidade territorial associada à vida rural, às festividades, à musicalidade e aos costumes do campo e às tradições religiosas da Igreja católica, têm descaracterizado o patrimônio imaterial que, ao responder às demandas turísticas, reproduz as festas e as crenças como espetáculos agendados para as altas temporadas, alterando o seu significado cultural para a população local (PRADO SANTOS, 2006). Em relação à valorização turística do patrimônio imaterial, tudo indica que Cunha, no Vale do Paraíba Paulista, vá seguir o mesmo caminho (MESQUITA, 2007).

Em São Luiz do Paraitinga, assim como em inúmeros outros casos, é visível que a preocupação do poder público com a organização do turismo no território se sobrepõe às estratégias de desenvolvimento local para a população como um todo. Os moradores vão ocupando cada vez mais as áreas periféricas ao Centro Histórico, e habitando em loteamentos ainda muito carentes em infra-estrutura urbana, transformando os traços identitários desta população em artigo de luxo para ser vendido nas temporadas turísticas.

Caso semelhante ocorre em Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, exemplo emblemático do movimento preservacionista no Brasil⁷, analisado por Cifelli (2005) e

⁶ Tombado em 1982 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT/Secretaria de Estado da Cultura).

⁷ Tombado como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN, em 1938.

Oliveira (2005), entre muitos outros autores. O aproveitamento do potencial paisagístico do Centro Histórico e do seu universo simbólico que remete ao Brasil colonial agregou “*uma valorização econômica aos seus bens patrimoniais que são requisitados a atender a uma demanda de novas funções, destinadas à promoção do desenvolvimento turístico de Ouro Preto*” (CIFELLI, 2005, p.153). Enquanto o seu Centro Histórico recebe os aportes de infraestrutura e serviços para receber os turistas, grande parte da população local passa a residir em bairros afastados do centro, descaracterizando, inclusive, o entorno paisagístico do sítio tombado. Segundo Cifelli, muitos dos moradores antigos, que ainda permanecem no Centro, também já pensam em vender ou alugar os seus imóveis para o uso turístico.

Estes e inúmeros outros exemplos de refuncionalização ilustram os novos valores atribuídos ao patrimônio histórico e arquitetônico brasileiro. As conseqüências mais enfáticas desse processo são aquelas relacionadas à seletividade social que estas novas territorialidades do patrimônio passam a impor⁸. Com isso, a identidade e o sentimento de pertença ao lugar se diluem no consumo cultural, na valorização estética e mercadológica. Neste caso, são priorizados os signos, os símbolos, os discursos e as imagens na construção de uma identidade distintiva como estratégia importante de venda das cidades – seja a cultura africana, na Bahia, o caipira, a religiosidade e a musicalidade no Vale do Paraíba Paulista, ou a história colonial.

Tomando o urbano e suas representações, podemos nos perguntar: o valor mercadológico incorporado aos bens patrimoniais tombados destas cidades-paisagens-mercadorias, macula o valor simbólico da memória social, ou organiza outra estrutura urbana igualmente simbólica, mediada, agora, pela técnica e pela racionalidade econômica?

As diferentes concepções estéticas impressas na cidade ao longo da história, e o nosso desejo de preservar diferentes estilos arquitetônicos, teceram cidades com os mais variados signos e símbolos que, oriundos de representações diversas – ou mesmo de reproduções espetacularizadas – vão proporcionar uma apropriação imaginária do espaço urbano. Representações que recortam a cidade e se abrem a percepções variadas deste território que é “*Ao mesmo tempo prisão e liberdade, lugar e rede, fronteira e ‘coração’ (...)*” (Haesbaert, 1999, p.186). Neste território que é também *lugar de memória*, como o interpreta Piveteau (1995), a memória semiotiza o espaço, enquanto o espaço estabiliza a memória.

O espaço torna a memória durável. O espaço substancia o ser social e a memória:

“(...) pour que le temps, qui charpente – qui sou-tend – l’être individuel ou collectif, s’exprime, il faut qu’il s’incarne dans l’espace: il devient lieu, haut lieu, paysage, territoire. Et pour que l’espace se substantifie, prenne sens, il faut qu’il s’inscrive dans le temps: de là, le rôle de toutes les formes de mobilité (car elles sont actes diachroniques autant que spatiaux), et le jeu essentiel, parce que récurrent, de la mémoire” (PIVETEAU, pp. 114-115).

Há uma alquimia entre espaço e memória que permite que o tempo seja capturado e ganhe substância nesse híbrido de solo e significado que se mostra no presente. O território, ou o lugar de memória, permite que ganhe concretude e se torne estável.

⁸Apesar da intencionalidade positiva dos Programas, inúmeros projetos de requalificação urbana têm sido responsáveis pela expulsão das populações locais; seja diretamente, pela desapropriação e introdução de novos usos às edificações, seja indiretamente, pela valorização econômica atribuída ao solo urbano, o que leva as populações mais pobres a venderem os seus imóveis, evitando o pagamento dos impostos que se elevam com a valorização urbana, ou mesmo buscando a obtenção de lucros e migrando para áreas periféricas menos valorizadas, o que desloca a visibilidade da segregação sócio-espacial.

Ao discorrer sobre o uso das formas geométricas e da monumentalidade na produção das paisagens urbanas na história, Cosgrove (1998,p.115) afirma que: *Tais paisagens simbólicas não são apenas afirmações estáticas, formais. Os valores culturais que elas celebram precisam ser ativamente reproduzidos para continuar a ter significado.* A cidade enclausurada do período medieval, o espaço geométrico que se abre no Renascimento, os contrastes entre as concepções racionalistas e culturalistas, que vão opor controle e disciplina com a criatividade e liberdade, são formas de representação do urbano que hoje buscamos recuperar, reproduzir, preservar para manter a identidade original do lugar – sem nos darmos conta de que as representações de temporalidades diversas se embaralham na cidade. As identidades territoriais, hoje, existem, mas são cada vez mais embaralhadas, misturadas, pressionadas pela referência do outro, tão presente e tão perto, fazendo contato.

A cidade, vitrine de tempos diversos, se oferece à percepção dos seus signos e símbolos e se reduz suas narrativas ao ser preservada como paisagem representativa de um tempo único. Subversiva, ela emerge vigorosa, com uma energia que perturba estas representações visuais estabelecidas por concepções verticais. Como afirma Gandy (2004, pp.85-86):

A paisagem urbana não é apenas um palimpsesto de estruturas materiais. É também o lugar onde se sobrepõem, de maneira singular e complexa, várias perspectivas e diversos símbolos culturais que não podem mais ser rebaixados à categoria de simples determinantes estruturais (...) a paisagem é o lugar da superposição de jogos de poderes e de símbolos que têm influência na imaginação dos homens.

É dessa forma que os centros históricos tombados e refuncionalizados para o uso exclusivo do turismo cultural, perdem a vitalidade original e deixam de ser o *locus* da liberdade, da diversidade e da criatividade. Ficam os objetos e vão-se os sentimentos de pertencimento que lhes davam sentido, porque *A esperança das pessoas gira em torno de determinados lugares carregados de história e símbolos. Não podemos afastá-las de seu território sem que isso pareça um etnocídio* (Bonnemaison, 2002, p.108).

Na busca frenética por tomar as identidades territoriais como uma marca na venda das cidades, os gestores do urbano ordenam as representações eleitas como hegemônicas e serram os olhos para a escala humana da vida cotidiana na cidade.

Na variação de significado nas representações do patrimônio, animado pela experiência de identidades territoriais legítimas, e um patrimônio apenas objetivado em sua identificação, classificação e preservação, desvendamos a diferença entre um patrimônio vivo, de um patrimônio tomado como uma ideologia, sobretudo ideologia do espaço no planejamento do território.

Referências Bibliográficas

- BAILLY, A., FERRAS, R. PUMAIN, D. (Dir.) (1992) *Encyclopédie de Géographie*, Paris: Economica,
- BERDOULAY, Vincent (1985) “Les ideologies comme phénomènes géographiques” *Cahiers de géographie du Québec*, 29, (pp. 205-216).
- BERDOULAY, Vincent (2007) “Enjeux iconographiques dans l’aménagement des lieux de mémoire”. *Cahiers de géographie du Québec*, 16 p., (Contribution à l’ouvrage prévu sur le thème “Lieux de mémoire, commémoration et identité dans la francophonie canadienne”).
- BERDOULAY, V. et ENTRIKIN, J.N. (1998) “Lieu et sujet – perspectives théoriques” In: BRUNET, Roger *Géographie universelle BELIN-RECLUS*, (pp. 111-121), Diffusion Belin, Paris, France.
- BONNEMAISON, Joël (2002) “Viagem em torno do território” In: CORRÊA, R.L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.) *Geografia Cultural: um século* (3), EdUerj, Rio de Janeiro, R.J.
- BOURDIEU P. (1980) *Le sens pratique*, Paris: Minuit.

- CAMPOS, H. A. “Refletindo sobre o papel das representações nas territorialidades urbanas: o exemplo da área central de Recife.” In: Geosp. n. 11, 2002.
- CANCLINI, N.G. (1994) “O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional” In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, N. 23 (pp. 95-111).
- CHOAY, Françoise *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp/Estação Liberdade, 2001. 282 p.
- CIFELLI, G. (2005) “Turismo, patrimônio e novas territorialidades em Ouro Preto - MG”, *Dissertação de Mestrado em Geografia*. Universidade Estadual de Campinas/Unicamp, S.P.
- COSGROVE, Denis (1998) “A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas In: CORRÊA, R.L. e ROSENDAHL Z. (Orgs.) *Paisagem, Tempo e Cultura*, EdUERJ, Rio de Janeiro, R.J.
- DEGRÉMONT, Isabelle (1996) “Patrimoine et aménagement – etude géographique d’un outil d’aménagement”. *These de Doctorat Geographie-aménagement*, Université de Pau et des Pays de L’Adour (IRSAM/SET), Pau, France.
- DI MÉO, Guy (1995) “Patrimoine et territoire: une parenté conceptuelle” In: *Espaces et Sociétés*, Paris: Édition L’Harmattan, n. 78.
- GANDY, Matthew (2004) “Paisagem, estéticas e ideologia In: CORRÊA, R.L. e ROSENDAHL (Orgs.), *Z. Paisagem, Textos e Identidade*, EdUERJ, Rio de Janeiro, R.J.
- GONÇALVES, José R.S. (2005) “Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, Ano 11, N. 23, pp. 15-36, jan./jun.
- HAESBAERT, Rogério (1999) “Identidades Territoriais”. In: CORREA, R.L. ROSENDAHL, Z. (orgs). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, (p.169-190).
- JEUDY, Henry-Pierre (2005) *Espelho das cidades*, Casa da Palavra, Rio de Janeiro, R.J.
- LAMY, Yvon (Org.) (1996) *L’alchimie du patrimoine*, Talence: Ed. De la Maison des Sciences de l’Homme D’Aquitaine.
- LAZZAROTTI, Olivier (2000) “Patrimoine et tourisme: un couple de la mondialisation”. *Mappemonde* 57 (1), 16p.
- LEITE, Rogério P. (2004) *Contra-usos da cidade – lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*, Editora Unicamp/UFS, Campinas, SP.
- LUCHIARI, M. T. D. P. (2001) “A (re)significação da paisagem no período contemporâneo” In: LOBATO CORRÊA e ROSENDAHL (Orgs.) *Paisagem, imaginário e espaço*, Edit. Uerj, R.J.
- _____ (2002) “A mercantilização das paisagens naturais” (pp.25-42) In: BHUHNS & GUITIERREZ (Orgs.) *Enfoques contemporâneos sobre o lúdico*. Editora Autores Associados, Campinas, S.P.
- _____ (2005) “A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades” In: *GEOUSP – Espaço e Tempo*, N. 17, São Paulo, S.P.
- MESQUITA, Érika (2007) “Cunha – cidade morta, presente e pretérito vivos”. *Dissertação de Mestrado em Geografia*, Universidade Estadual de Campinas, S.P.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES (2004) “Política de reabilitação de áreas urbanas centrais” In: *Cadernos Mcidades/Programas Urbanos – Planejamento territorial urbano e política fundiária* – 3, (pp. 69-84), Brasília, DF.
- PAES-LUCHIARI, M.T.D. (2006a) “Patrimônio cultural: uso público e privatização do espaço urbano” (pp. 47-60) In: Revista *GEOGRAFIA*, AGETEO/UNEP, Vol. 31, N. 01, Jan./Abril, Rio Claro, S.P.
- _____ (2006b) “A valorização dos centros históricos urbanos – os dilemas entre o consumo cultural e a habitação” (pp. 251-261) In: *La dimensión social del patrimonio – VIII Congreso Internacional de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico y Edificación*, Buenos Aires, Argentina.
- _____ (2005) “Centros históricos – mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano” In: *GEOgraphia*, Revista de pós-graduação em Geografia, N. 15, UFF/R.J.
- _____ (2007) “Turismo e patrimônio natural no uso do território” (pp.25-45) In: PAES-LUCHIARI, M.T.D.; BRUHNS, H.T.; SERRANO, C. (2007) (Orgs.) *Patrimônio, Natureza e Cultura*. Editora Papirus, Campinas, S.P., 176 p.

- PIVETEAU, Jean-Luc (1995) “Le territoire est-il un lieu de mémoire?” (pp. 113-123). In: *L’Espace Géographique*, N. 02, doin éditeurs.
- PRADO SANTOS, C.M. (2006) “O reencantamento das cidades: tempo e espaço na memória do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga – SP”, *Dissertação de Mestrado em Geografia*, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, S.P.
- SANTOS, Milton (1995) “Salvador: centro e centralidade na cidade contemporânea” In: GOMES, M.A. de F. (Org.) *Pelo Pelô: História, Cultura e Cidade*, Editora da UFBA, Salvador, BA.
- SANTOS, Milton (1996) *A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção*, Edit.Hucitec, São Paulo.
- SOTRATTI, Marcelo Antonio (2005). “Pelos ladeiras do Pelô: A requalificação urbana como afirmação de um produto turístico”. Campinas, SP, *Dissertação de Mestrado em Geografia*, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.
- VASCONCELOS, P. de A. (2003) “A cidade alta de Savador: de cidade colonial a ‘centro histórico pós-moderno’ In: CARLOS, A.F. e LEMOS, A.I. *Dilemas urbanos – novas abordagens sobre a cidade*, Ed. Contexto, São Paulo.
- VLÈS, V., BERDOULAY, V. et CLARIMONT, S. (2005) “Espaces publics et mise en scène de la ville touristique”. *Rapport Final de Recherche*, Ministère délégué au Tourisme – Université de Pau et des Pays de l’Adour/CNRS, Aquitaine, France.